

A MORTE DE MARIA THERESIA  
RELATADA POR DONA LEONOR  
DE ALMEIDA PORTUGAL  
UM OLHAR PORTUGUÊS SOBRE A SOBERANIA FEMININA

VANDA ANASTÁCIO

*Universidade de Lisboa*  
*Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*  
vandaanastacio@mail.telepac.pt

**RESUMO:** Em 1780, D. Leonor de Almeida Portugal, Condessa de Oeynhausen e mulher do Ministro Plenipotenciário português na Corte Imperial austríaca, enviou à família uma carta na qual descreve os últimos momentos e a morte da Imperatriz Maria de Teresa. Este documento é o ponto de partida para uma reflexão sobre o modo como a figura da imperatriz surge representada nesta carta, e para o modo como os apoiantes de D. Maria I recorreram a essa representação de mulher forte, capaz de enfrentar desafios políticos, simultaneamente como um modelo de comportamento no exercício da soberania e como legitimação da presença de uma mulher à frente do governo de um Reino soberano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soberania feminina; Mulheres e poder; Imperatriz Maria Teresa de Áustria, Marquesa de Alorna (1750-1839).

**THE DESCRIPTION OF MARIA THERESA'S DEATH BY LEONOR DE ALMEIDA PORTUGAL. A Portuguese vision of feminine sovereignty**

**ABSTRACT:** In 1780, D. Leonor de Almeida Portugal, Countess of Oeynhausen and wife of the Portuguese Plenipotentiary Minister at the Austrian Imperial Court, sent a letter to her family describing the last moments and the death of Empress Maria Theresa of Austria. This document is the starting point for a reflection on how the figure of the empress is represented in this letter, and how the supporters of the Portuguese queen, Maria I, deployed this representation of a strong woman capable of facing political challenges, both as a model of behavior in the exercise of sovereignty and as a legitimization of the presence of a woman at the head of the government of a sovereign Kingdom.

**KEY WORDS:** Queenship; Women and power; Empress Maria Theresa of Austria; Marchioness of Alorna (1750-1839).

**A** carta que aqui se publica pela primeira vez faz parte do espólio de Dona Leonor de Almeida Portugal, Condessa de Oeynhausen e Marquesa de Alorna. Nascida em 1750, Dona Leonor foi considerada prisioneira de Estado aos oito anos de idade e encerrada no convento de Chelas, nos arredores de Lisboa, juntamente com a mãe e a irmã, enquanto seu pai, Dom João de Almeida Portugal, segundo Marquês de Alorna, foi encarcerado na torre de Belém. Estas detenções resultaram de suspeitas de envolvimento dos avós maternos de dona Leonor, os Marqueses de Távora, na tentativa de assassinato do rei José I ocorrida em 3 de Setembro de 1758. Apesar de nunca ter sido provada a participação dos Távoras no crime, os avós e os tios maternos de Dona Leonor foram torturados e mortos publicamente e a família Alorna permaneceu prisioneira durante 18 anos. Foi libertada em 1777, quando o rei José faleceu sem descendentes varões e a rainha Maria I subiu ao trono.

Entre as primeiras medidas tomadas pela nova soberana contou-se a ordem de afastamento da Corte do primeiro ministro de seu pai, Sebastião José de Carvalho e Melo —mais conhecido da posteridade pelo título de Marquês de Pombal—, e a amnistia dos presos políticos. É à luz deste contexto histórico, em que o trono de Portugal é ocupado por uma mulher pela primeira vez na sua História, e em que esta inicia o seu reinado com a promulgação de medidas que contrariam políticas anteriores e se apresentam como uma reparação de erros passados (um processo que ficou conhecido como a *Viradeira*) que deve ser entendida, quer a presença de Dona Leonor de Almeida na Corte de Viena de Áustria, quer a importância da missiva, aparentemente inócuia, que se segue.

Quando é libertada do convento, Dona Leonor tem 27 anos: é a filha primogénita de uma família da alta nobreza e, segundo os padrões da época, está destinada a casar com alguém do seu meio social. Tem a seu favor a declaração formal de inocência de seu pai quanto ao processo dos Távoras, obtida por um decreto assinado pela rainha a 17 de Maio de 1777. Graças a esse decreto, foi restituída à família Alorna grande parte dos privilégios e dos títulos, ainda que não tenha sido devolvida a integralidade dos bens e meios de fortuna, entretanto confiscados. Apesar de não dispor de um dote condizente com a sua posição social, Dona Leonor poderia, ainda assim, ter encontrado um partido vantajoso entre os descendentes das famílias nobres opositoras às políticas do Marquês de Pombal, como aconteceu com seus irmãos<sup>1</sup>. Mas apaixonou-se.

Aos olhos de seu pai, a escolha do coração de Dona Leonor não podia ter sido pior. Apesar de se tratar de um primo do Conde Friedrich Wilhelm Ernst de Schaumbourg-Lippe, um General alemão que fora distinguido pela família real portuguesa pelos serviços prestados na reorganização do exército de Portugal na década de 1760,<sup>2</sup> Karl-August von

<sup>1</sup> D. Pedro José de Almeida Portugal, 3º Marquês de Alorna (1754-1813) casou com D. Henriqueia Julia Gabriela da Cunha (1787-1829) da família dos Condes de São Vicente e D. Maria Rita de Almeida Portugal (1751-1786) casou com o Conde da Ribeira, duas famílias que tinham caído em desgraça durante o Ministério do Marquês de Pombal.

<sup>2</sup> Friedrich Wilhelm Ernst, da Casa de Schaumbourg-Lippe, esteve em Portugal du-

Oeynhausen-Gravenburg, o futuro marido de Dona Leonor, nem era católico, nem herdeiro dos bens da sua Casa de origem, nem português. Para contornar a oposição de seu pai ao casamento, Dona Leonor de Almeida apelou à rainha. A sua sorte ficou decidida quando Karl-August consentiu em abjurar da fé luterana e em ser baptizado de novo, numa cerimónia pública realizada na Corte a 15 de Fevereiro de 1778, à qual presidiram a rainha e o rei, que não só foram seus padrinhos, mas ainda o fizeram cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>3</sup>.

Fosse por ter visto em Dona Leonor uma vítima inocente da prisão injusta de seus pais, fosse por querer ser instrumento da reparação das agruras por que a jovem passara na infância e na adolescência, fosse por simpatia pessoal, fosse ainda por admiração pela sua instrução e/ou a sua poesia, a verdade é que a rainha Dona Maria I apoiou de forma decisiva a neta dos Távoras. O patrocínio à cerimónia da conversão ao Catolicismo do Conde de Oeynhausen é um exemplo desse apoio, tal como a autorização dada a ambos para casar, dispensando-os das formalidades necessárias para o efeito, que permitiu que a cerimónia tivesse lugar logo a 15 de Fevereiro de 1779 (Bolama, 1916: 30-31). A atribuição a Karl-August de Oeynhausen do cargo de Ministro Plenipotenciário na Corte Imperial austriaca é, ainda, efeito do favor de que Dona Leonor gozou junto da rainha. No relato que a futura Marquesa de Alorna escreveu sobre o modo como conseguiu obter a nomeação do marido para esse lugar, conta como tudo se passou durante a visita que fez à soberana no Carnaval de 1780, no período da tradicional permanência da Corte em Salvaterra. O documento dá conta da forma como se relacionou com as damas de honor da rainha, e do sucesso que o seu talento para a declamação de poemas e para o improviso

rante o período pombalino, por indicação de Jorge II de Inglaterra, com o encargo de comandar as forças luso-inglesas na guerra contra Espanha e França que se seguiu ao “Pacto de Família” celebrado entre estes dois países. Ernesto Augusto Pereira Sales (1937), documenta uma primeira permanência de Lippe em Portugal entre 3 de Julho de 1762 e 20 de Setembro de 1764 e uma segunda estadia, mais curta, entre 16 de Setembro de 1767 e 1 de Março de 1768. Ainda sobre o conde de Lippe e suas relações com Karl-August de Oeynhausen: Vicente (2000: 75-91) e Erhardt (2003: 251-262).

<sup>3</sup> No século XVIII, a Ordem de Cristo era a ordem honorífica mais importante concedida pelos reis portugueses.

poético obteve junto delas. Entre as senhoras com quem estreitou relações contava-se Dona Mariana de Arriaga, camareira-mor e favorita de Dona Maria I, que estabeleceu o contacto entre a jovem Condessa de Oeynhausen e o Arcebispo de Tessalónica, confessor da rainha. Dona Leonor descreve o processo como um percurso complexo, mas o êxito da sua empresa foi relativamente rápido: duas semanas depois de ter chegado a Salvaterra, a 15 de Fevereiro de 1780, obtinha a nomeação do Conde de Oeynhausen para o cargo de Ministro Plenipotenciário na Corte de Viena<sup>4</sup>.

Segundo um documento de Dona Leonor que se preserva no Arquivo Particular do Palácio Fronteira, uma das missões confiadas a Karl-August era a negociação do casamento dos príncipes portugueses Dona Maria Ana Vitória e Dom João (futuro rei João VI) com dois príncipes da família imperial. Projectava-se o enlace da Infanta com o futuro imperador Joseph II ou, na impossibilidade de obter a sua anuência, com o herdeiro designado do trono imperial, Franz Joseph Karl (futuro Franz I e II) (1768-1835). Para o príncipe Dom João pretendia-se a mão de Marie Thérèse (1767-1827) irmã de Franz Joseph Karl. Na versão da Condessa de Oeynhausen a proposta teria sido inicialmente bem recebida em Viena, mas acabou por não se concretizar<sup>5</sup>. Como é sabido, nos anos que se seguiram à chegada do casal Oeynhausen à capital austriaca a orientação da

<sup>4</sup> Documento publicado por Cidade (1941: 59-72).

<sup>5</sup> Nas palavras de Dona Leonor de Almeida Portugal: “O Conde d’Oeynhausen meu marido foi nomeado Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário à Corte de Vienna d’ Áustria, e Encarregado da delicada missão relativa aos casamentos da Senhora Infanta D. Marianna com o Herdeiro presumptivo do Imperio, ou com o mesmo Imperador José II, e o do Senhor Infante D. João, que depois foi o Senhor D. João VI com huma das Archiduquezas irmã do actual Imperador Francisco. Acompanhei meu marido, e chegámos à Corte de Vienna no mês de Agosto de 1780. Vivia ainda a Imperatriz Maria Thereza, e fomos recebidos por Sua Majestade Imperial e Real com o mais honroso acolhimento. O Conde foi logo apresentado e eu, poucos dias depois, em Schömbroun [sic], igualmente bem recebida pela Imperatriz, pelo Imperador e toda a Família Imperial. O afecto que a Imperatriz mostrou para com a Rainha e toda a sua Augusta Família em Portugal aplanou imediatamente todas as dificuldades que podiam obstar ao importante negócio de que ia encarregado o Conde; e entre ele e o Príncipe de Kaunitz primeiro Ministro tudo se concluiu dentro em poucos tempos com grande satisfação da Corte Imperial, e vantagem da nossa. [...]” Arquivo Particular do Palácio Fronteira ref.<sup>a</sup>: ALCVIE.

política externa da corte de Lisboa alterou-se na sequência dos acordos de paz realizados com a Espanha, e ficou decidido que os Infantes portugueses contrairiam matrimónio com os Infantes Gabriel e Carlota Joaquina de Bourbon, um duplo enlace que veio a acontecer em 1785 (Beirão, 1934).

Quando chega a Viena, Dona Leonor não sabe que a missão do marido está condenada ao fracasso. Do seu ponto de vista, a aproximação entre a Casa Real Portuguesa e a Casa de Habsburg é, não só desejável, mas natural, dados os laços de parentesco existentes entre ambas<sup>6</sup>. Via, além disso, parecenças entre a situação sucessória dos dois países. Numa época em que as origens e a natureza da desigualdade entre os homens era um dos grandes temas do debate político e filosófico, a discussão sobre a natureza feminina, a educação que deveria ser facultada às mulheres e os papéis sociais que deveriam ou poderiam desempenhar gerava controvérsia entre os pensadores europeus (Bock/Zimmerman, 1997). No contexto do tempo, em que as tarefas de governo eram identificadas com o masculino e a actuação feminina era relegada à esfera da intimidade, a resiliência de Maria Theresia no poder, contra todas as contestações e contra todos os obstáculos protocolares, transformara-a num símbolo e num exemplo<sup>7</sup>. Para as mulheres das elites europeias sobretudo, a imperatriz austríaca constituía a prova viva da aptidão feminina para conciliar os deveres matrimoniais, a dedicação maternal, a religião e o exercício do poder. Para Dona Leonor, a quem a ascensão de uma mulher ao trono português devolvera a liberdade e a esperança numa sociedade mais justa, mais esclarecida e mais humana para as mulheres, o facto de ter conhecido pessoalmente Maria Theresia numa fase em que a sua autoridade era reconhecida internacionalmente

<sup>6</sup> Recorde-se que os avós da rainha de Portugal descendiam por via materna de casas austríacas. João V era filho de Maria Sophia de Neuburg, e sua mulher, Maria Ana de Habsburgo, era filha do Imperador Leopold I e de sua terceira mulher Leonor Madalena. As mães eram irmãs, ou seja, eram primos direitos.

<sup>7</sup> Como se sabe, a Pragmática Sanção, com que o Imperador Carlos VI tentara assegurar que a coroa passaria para a filha, foi rejeitada quando este faleceu por vários dos seus signatários (Saxónia, Baviera e França) e houve monarcas que nunca tinham chegado a assiná-la (caso de Frederico II da Prússia), o que deu origem à guerra de sucessão austríaca (Arneth, 1888). Para uma reflexão mais recente sobre o assunto, veja-se Strunck (2017) e Badinter (2017).

foi uma confirmação das expectativas que a subida ao trono da rainha Maria I havia criado.

Em Portugal, não existia nenhuma regra comparável à lei sálica. Ao longo dos séculos, antes da subida ao trono de Dona Maria I, tinha acontecido que o país fosse governado por rainhas que assumiram funções de regência devido a menoridade de príncipes ou por incapacidade temporária de reis. Mas ter uma rainha exercendo o poder de pleno direito era algo nunca visto. Para evitar possíveis contestações à coroação da filha, um pouco à imagem do que fizera Carlos VI de Habsburgo com Maria Theresia, José I, o pai de Dona Maria, procurou assegurar-lhe o trono, casando-a com seu irmão Dom Pedro, que foi aclamado rei em simultâneo com a sobrinha e passou a ser designado por Pedro III. A julgar pelos discursos impressos ao tempo da aclamação, a aceitação da presença de uma mulher no trono português deveu muito à propagação da ideia de que o poder seria partilhado pelo casal<sup>8</sup>.

Do ponto de vista das mulheres portuguesas das classes privilegiadas, contudo, a presença de Maria I no trono português foi encarada como uma oportunidade de alargamento do seu campo de intervenção social e política. Pelo menos em teoria, a existência de uma soberana abria um espaço de legitimidade para um acesso mais directo das mulheres ao poder real e, até, para a promoção de ideais “feministas” *avant la lettre*, como a instrução feminina ou a possibilidade de interferência das mulheres na esfera pública. Segundo cremos, é à luz deste contexto que devem ser entendidas as numerosas expressões de apreço e as referências elogiosas à Imperatriz austríaca que surgem a cada passo nas cartas enviadas por Dona Leonor à família, desde a sua chegada a Viena. É também nesta ordem de ideias que podemos entender que ditos e gestos de Maria Theresia sejam repetidos nessa correspondência como se se tratasse de parábolas de alcance moral dignas de admiração, como acontece no excerto seguinte, onde a Imperatriz surge retratada como um instrumento activo da felicidade dos seus povos:

<sup>8</sup> A literatura de circunstância publicada por ocasião da aclamação de Dona Maria I é extremamente vasta, mas é possível ter uma ideia do tom dessas produções pela leitura de obras como: Castro (1777), Manso (1777), J. J. M de M. (1777).

7 Outubro 1780

Aqui não há nada interessante senão uma vesita que fez a Imperatriz a um velho Príncepe d'Aeursperg que estava doente. O seu *valet de chambre* que não se resolvia a acordá-lo disse à Imperatriz que seu amo estava dormindo, e que ele não o podia acordar; a Imperatriz congediada por este modo se foi embora. Quando o Príncipe acordou, ficou desesperado, e mandou logo seu filho pedir mil perdões à Imperatriz. Ela o recebeu muito bem e foi segunda vez vesitar o Príncipe, e nessa ocasião deu uma caixa de oiro ao *valet de chambre* dizendo que longe de ser repreendido merecia uma recompensa pelo zelo e exactidão com que se tinha ocupado da saúde de seu amo fazendo dela o seu primeiro objecto. Estas pequenas graças, trazem todos tão felizes que creio que sobre a terra não há país mais bem aventureiro que Viana. A imperatriz vesita quase sempre os doentes, e pode-se dizer que a muitos dá saúde com as consolações que lhe procura<sup>9</sup>.

É possível que a *visão dourada* que Dona Leonor transmite de Maria Theresia se prenda com a benevolência com que foi recebida por ela. É certo que o Duque de Lafões, que vivera na corte Vienense durante quase duas décadas, preparara a ida do casal Oeynhausen, através das menções lisonjeiras feitas a ambos nas suas cartas pessoais à família imperial<sup>10</sup>. Mas em 1780, depois da queda em desgraça do Marquês de Pombal, da relativa reabilitação da Companhia de Jesus em certos meios católicos europeus, da libertação dos nobres que tinham sido feitos prisioneiros durante o reinado de José I, era natural que a Imperatriz e a corte austríaca tivessem

<sup>9</sup> Carta conservada no Arquivo Particular do Palácio Fronteira ref.º LEON.MAE2.

<sup>10</sup> A própria D. Leonor reconhece a acção do Duque a seu favor em carta à mãe enviada à chegada a Viena escrevendo: “devo infinitamente aos bons ofícios que me fez o Duque preveniu de tal modo a meu favor todas as pessoas, que contra o que aqui experimenta a maior parte das estrangeiras, me acho com três semanas de Viana, conhecida e buscada de todas as primeiras pessoas” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Fronteira, nº 180). Para uma revisão da biografia do Duque de Lafões e da sua estadia na corte de Viena de Áustria, Monteiro e Costa (2006) e também Carvalho (1987).

alguma curiosidade em conhecer a neta dos Távoras, e que esta surgiu aos seus olhos como uma das vítimas inocentes do Ministro. Essa pode ser uma explicação para o interesse manifestado pela soberana em conhecê-la, que Dona Leonor refere em carta à irmã enviada pouco depois da chegada a Viena:

Viena 4 Set 1780

O Conde já teve as suas audiências e foi recebido com grandes sinais de Estimação e assim a Imperatriz como o Imperador disseram várias polidezes a meu respeito. A Imperatriz lhe disse que desejava muito ver-me, que já tinha muitas novas minhas e todas boas e estas expressões tão lisongeiras me obrigam a apresentar-me logo e Domingo será essa função. Além disto a Imperatriz acrescentou, que ela se tinha interessado sempre muito pelo Conde, e que tinha tomado uma parte particular em tudo o que ele tinha passado.

O Imperador disse-lhe que a Rainha não podia fazer nomeação que lhe fosse mais agradável, conversou muito tempo, e mandou-me dizer que ele teria muito gosto, de me conhecer, e que admirava e louvava sumamente a resolução que eu tinha tido de seguir o Conde a esta distância.

A carta continua com uma mensagem escrita em tinta invisível (feita com sumo de limão), permeada de informações relativas à desgraça de Pombal e à questão jesuítica, que parece confirmar a interpretação avançada acima:

*Em uma Gazeta de Colónia aparece uma justificação sumamente honrosa da nossa família. O Imperador me perguntou quando se julgava o Marquês de Pombal que era bem tempo e que toda a Europa esperava o [fim] deste processo.*

*Na Gazeta de Colónia seguram que a rainha mandou um manifesto de justificação das famílias dos presos à corte de França de Espanha e Roma e que varias rezões de estado conservam em segredo mas que subsiste este manifesto assim como a justificação dos jesuítas.*

*A Imperatriz acaba de fazer erigir um monumento honroso a um ex jesuíta morto em Praga e aquí mesmo em Viana são confessores de muitas damas.*

*A minha recepção aqui tem sido um golpe de fortuna tão tão extraordinário que temo que não dure no caso que mude não me há-de fazer espécie porque já sei o que é o mundo. Desde a Imperatriz e o Imperador até as últimas pessoas me tratam às mil maravilhas.*

*Não se descuide v. de me dar deste modo novas suas.<sup>11</sup>*

Em suma, na ausência de um modelo nacional anterior de soberania feminina, e perante a realidade de um rei sem filhos varões, Maria Theresia foi vista, pela corte portuguesa e pelos apoiantes da rainha Dona Maria I, como uma referência. Nesse sentido, não é surpreendente que a sua morte tenha sido recebida em Portugal como um choque. É o que se depreende, por exemplo, da carta enviada de Lisboa pelo Ministro Ayres de Sá e Mello ao Conde de Oeynhausen, datada de 26 de Dezembro de 1780 na qual afirma que “a infesta noticia do falecimento da Imperatriz, [...] causou em toda a Nossa Real Familia o maior sentimento, porque era muito particular o amor que tinham a esta Princeza, e ella o merecia Geral de todo o Mundo; porque foi Heroina em todos os acontecimentos, e com todas as qualidades”<sup>12</sup>.

Outra associação clara, ainda que discreta, entre Maria Theresia, a rainha Dona Maria I e a legitimação do exercício da soberania por uma personalidade do sexo feminino é a tradução portuguesa, realizada pouco

<sup>11</sup> Carta preservada no Arquivo Particular do Palácio Fronteira (ref.º: LEON.MANA 9)

<sup>12</sup> No original: “Recebi neste Correio dous Officios de VS<sup>a</sup> hum na data de 18 de Novembro N 12 que veio retardado por causa do tempo invernoso; e o outro, que trazia a infesta noticia do falecimento da Imperatriz, que causou em toda a Nossa Real Familia o maior sentimento, porque era muito particular o amor que tinham a esta Princeza, e ella o merecia Geral de todo o Mundo; porque foi Heroina em todos os acontecimentos, e com todas as qualidades.” Ofício datado do Palácio de N. Sr.<sup>a</sup> da Ajuda, 26 de Dezembro de 1780 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Fronteira, nº 183).

depois da morte da imperatriz, de um *Elogio de Maria Theresia* publicado em Bruxelas, já em 1781, por Marie-Caroline Murray (M.M., 1781). Apesar de ter saído anónima<sup>13</sup>, sabe-se que essa tradução foi obra de Dona Teresa de Mello Breyner, Condessa do Vimieiro, segundo informação enviada pela própria em carta à... Condessa de Oeynhausen. Como sublinhou Raquel Bello Vázquez (2005), essa tradução tinha o claro objectivo de legitimar o exercício do poder de Dona Maria através da proposta de um modelo legítimo de uma soberana contemporânea. No texto, Maria Theresia é comparada aos “maiores Homens”<sup>14</sup> e apresentada como um “admirável Modelo da conduta dos Príncipes nas circunstâncias difíceis, e complicadas”<sup>15</sup>. É representada como uma mulher forte iluminada que soube conciliar a sua natureza feminina com as qualidades características dos governantes masculinos: foi como uma mãe para o seu povo, mas agiu como uma heroína que os reis podem imitar. A sua instrução e as suas virtudes são louvadas, bem como o seu papel como educadora do filho e herdeiro, ao mesmo tempo que é retratada como um chefe de Estado capaz de reformar e melhorar a Agricultura, a Indústria e o Comércio, os três pilares das teorias económicas do século XVIII.

A carta que a seguir se publica, escrita no próprio dia da morte de Maria Theresia, não se limita ao anúncio do óbito e ao relato factual dos seus últimos momentos, citando pormenores que coincidem, aliás, com a informação que figura na documentação conhecida (Peham, 2003). O interesse principal deste documento parece-nos estar, não tanto nos factos de que dá conta, mas na forma como estes são representados no texto. Devido aos valores simbólicos e afectivos que Dona Leonor projecta em

<sup>13</sup> A autoria de Teresa de Melo Breyner é comprovada pela correspondência com a Condessa de Oeynhausen Leonor de Almeida (Bello Vázquez, 2004: 159-175).

<sup>14</sup> “Se houve no mundo huma Princeza maior que todo o elogio pela sua gloriosa reputação, Essa foi certamente aquella Soberana Illustre, cuja Vida toda consagrada á Felicidade de seus Povos lhe alcançou que a Glória assinalasse toda a sua carreira, e que a veneração do Universo, e a admiração de seus mesmos Inimigos a collocassem na ordem dos maiores Homens.” (M.M., 1781: s.n.)

<sup>15</sup> “Princeza immortal; da qual parece que a Providencia não dispôz as qualidades senão a fim de mostrar com mais realce este admirável Modelo da conduta dos Príncipes nas circunstâncias difíceis, e complicadas.” (M.M., 1781: s.n.)

Maria Theresia, o seu desaparecimento é sentido como uma perda pessoal: escreve “eu olho para este desastre como um dos grandes que me tem sucedido”, e refere o desgosto que sente como algo de irreparável (“No pouco tempo que tive a felicidade de a conhecer ela me deu motivos para um perpétuo pesar da sua morte”). A noção de exemplaridade de Maria Theresia volta a surgir nesta carta. Desta vez, não se louvam apenas as suas acções: numa lógica que se prende com uma questão muito presente na devoção católica do tempo, segundo a qual uma “boa morte” constitui garantia de acesso à vida eterna, Dona Leonor considera que os últimos momentos da imperatriz foram um momento “precioso” e “heroico”, ou seja, um epílogo feliz, digno do percurso excepcional que constituiu a biografia dessa verdadeira heroína dos tempos modernos (“Morte preciosa e heroica que põe digno complemento a uma tal vida”). A desolação geral de que Dona Leonor dá conta é apresentada como um elogio colectivo à soberana (diz: “Esta noite recebeu as lágrimas do povo e da nobreza assim como as de todos os estrangeiros que aqui estão se não podem dar-lhe vida fazem bem sinceramente o seu elogio”) e a dor pessoal da sua perda surge traduzida em termos tão pungentes que chega a pôr em causa a alegria por ter tido a oportunidade de ter privado com essa mulher superior escrevendo: “Eu quisera não a ter conhecido”.

À laia de conclusão, gostaríamos de recordar que Maria Theresia continuou a ser invocada como um exemplo das capacidades femininas para desempenhar tarefas que seriam ainda, durante muito tempo, consideradas próprias dos homens. Nas frequentes discussões sobre os papéis de género e suas implicações que animaram os debates filosóficos e políticos no final do século XVIII e nos séculos seguintes, a imperatriz é frequentemente citada quer como modelo, quer como a exceção que confirma a regra de que as mulheres não foram feitas para governar. No caso português, contudo, os esforços para “colar” a imagem de Dona Maria I à personagem heroica de Maria Teresa não tiveram efeitos de longa duração. Quando a configuração política se alterou devido à morte de Dom Pedro III, em 1786, e do príncipe herdeiro Dom José, em 1788, a presença no trono de uma rainha viúva com funções de chefe de Estado causou uma crescente apreensão nas facções políticas que sempre tinham encarado com desconfiança a presença de uma mulher no trono de Portugal. As

disputas acerca da legitimidade de Dona Maria são visíveis não apenas na correspondência particular trocada entre a futura Marquesa de Alorna e a Condessa do Vimieiro<sup>16</sup>, já referida, mas surgem, também, em panfletos, geralmente anónimos, defendendo (ou questionando) as capacidades femininas para desempenhar funções de autoridade<sup>17</sup>. Pressionada em todas as frentes (inclusivamente pelo confessor) a rainha Dona Maria I acabou por ser afastada do poder em 1792, com um diagnóstico de loucura feito por Francis Willis, o médico que havia atestado a insanidade do rei de Inglaterra, George III, pouco tempo antes (Beirão, 1934; Roberts, 2009).

### Anexo

CARTA DE DONA LEONOR DE ALMEIDA PORTUGAL, CONDESSA DE OENHAUSEN PARA SUA MÃE DONA LEONOR DE LORENA E TÁVORA  
(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Casa Fronteira*, nº 175)

Minha querida mãe da minha alma um correio que leva a tristíssima notícia da morte da emperatriz é a ocasião deste bilhete. É inexplicável a desolação em que ficamos todos, e eu olho para este desastre como um dos grandes que me tem sucedido porque nunca na minha vida estive em situação tão lisonjeira e com um prospecto tão agradável como agora. No pôco tempo que tive a felicidade de a conhecer ela me deu motivos para um perpétuo pesar da sua morte. Morte preciosa e tão heróica que põe um digno complemento a uma tal vida.

Apenas acabou de receber o viático de joelhos e fora da cama, chamou o Imperador e Archiduquesas e depois de um discurso admirável recomendou-lhe todas as suas obrigações disse a suas filhas que reconhecessem o seu Soberano, a quem ela as entregava, e que se costumassem a

<sup>16</sup> Além das correspondências privadas que se preservam nos arquivos nacionais veja-se: Beirão (1934) e ainda Boléo (2009).

<sup>17</sup> Particularmente interessante neste contexto é a defesa de uma mulher no trono que figura no panfleto *Tratado sobre a Igualdade dos Sexos...* (Anónimo, 1790). Sobre a importância da circulação de opúsculos e panfletos na sociedade portuguesa do *Ancien Régime* veja-se Lisboa (1999: 131-147), Curto (1996: 299-329).

olhá-lo como tal, por [que] ela já apenas existia. Despachou e escreveu da sua mão imensas coisas e com uma firmeza e uma serenidade que aparentemente parecia no seu estado natural.

Não podendo deitar-se porque morre de uma hidropsia de peito, e por essa razão estando fora da cama onde não podia receber a extrema unção, fez o esforço de se fazer transportar ao quarto onde tinha morrido o Imperador seu marido, e deitada pediu este último sacramento. Esta noite o recebeu e as lágrimas do povo e da nobreza assim como a de todos os estrangeiros que aqui estão se não podem dar-lhe vida fazem bem sinceramente o seu elogio. Eu quisera não a ter conhecido.

As qualidades excelentes do Imperador prometem a continuação de um governo que fez por quarenta anos a felicidade deste Império, mas ele mesmo chora a perda da sua respeitável mãe vivamente e será difícil curar as nossas saudades por muito tempo.

Nestas ocasiões sucede que se mandem ministros extraordinários aos pésames. Estimarei que não venha nenhum e que o Conde faça tudo. Mas a vir algum parece-me que seria excelente ocasião para o mano dar um breve passeio e ver as noivas. V. Ex.<sup>as</sup> farão o que julgarem a propósito e eu lhe dou este aviso para usarem dele como quiserem. Terei a maior consolação se ele vier com esta comissão e será o único embassador ou ministro que nos não faça encómodo.

Os meus papéis ficam encalhados com a morte da imperatriz por algum tempo e já não é possível mandá-los por Gomes Freire.

Eu estou restablecida mas sempre com cuidado em V. Ex.<sup>as</sup> e na minha filha de quem não tenho nenhuma novas.

Com a maior ternura abraço a minha linda mana e peço novas das suas esperanças mas não posso escrever a ninguém por que não me dão tempo. Bejo a mão de V. Ex.<sup>a</sup> e de meu pai e a Deus

28 de Novembro de 1780

de V. Ex.<sup>o</sup>

Filha mais terna e obdiente

M. T. expirou hoje  
Pelas duas horas da tarde

**Recibido:** 18/8/2017

**Aceptado:** 22/10/2017

## Referências Bibliográficas

### Fontes manuscritas

Mello, Ayres de Sá e, Ofício, Palácio de N. Sr.<sup>a</sup> da Ajuda, 26 de Dezembro de 1780, ANTT nº 183.

*Correspondência de D. Leonor de Almeida Portugal*, Casa Fronteira, ANTT

*Correspondência de D. Leonor de Almeida Portugal* Arquivo Particular do Palácio Fronteira.

### Fontes impressas

Anónimo (1790). *Tratado sobre a Igualdade dos Sexos, ou Elogio do Merecimento das Mulheres oferecido, e Dedicado às Ilustres Senhoras de Portugal por um Amigo da Razão*. Lisboa: Na Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

Castro, Joaquim Machado de (1777). *Na feliz acclamação dos Fidelíssimos Reis D. Maria I e D. Pedro III Nossos Senhores*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

J. J. M de M., (1777) *Applauso Festivo Dedicado à Feliz Acclamação da Rainha Fedelissima D. Maria I*, Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa.

Manso, Joaquim da Motta (1777). *Pela Feliz Acclamação Da Augustissima Rainha Nossa Senhora D. Maria I e sua Exaltaçam ao Throno com El Rey D. Pedro III Nossa Senhor : Oraçaõ Penagirica*. Lisboa: Viuva de Ignacio Nogueira Xisto.

M. M. (1781). *Idea de um Elogio Historico de Maria Thereza Arquiduquesa*

de Áustria, Imperatriz Viuva, Rainha Apostólica da Hungria e da Bohemia, Princeza Soberana dos Paises Baixos, escripta em francez por M. M., Lisboa: Francisco Luiz Ameno.

Murray, Marie Caroline (1781). *Essai d'un Eloge historique de Marie Therese archiduchesse d'Autriche, Imperatrice-Douairiere, Reine Apostolique d'Hongrie et Boheme, Princesse Souveraine des Pays-Bas*. Bruxelles: J. Vanden Berghen.

### Bibliografia Secundária

Arneth, Alfred Ritter von (1888), *Maria Theresia*, Leipzig, s.n.

Badinter, Élisabeth (2017), *Le pouvoir au féminin. Marie Thérèse d'Autriche 1717-1780. L'impératrice-reine*, Paris: Flammarion.

Beirão, Caetano (1934), *D. Maria I 1777-1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Bello Vázquez, Raquel (2004), “Dá uma risada quando ouvires... Transgressão e ocultamento em Teresa de Melo Breyner”, em Ana Maria da Costa Toscano e Shelley Godsland orgs., *Mulheres MÁS. Percepção e representações da Mulher Transgressora no Mundo luso-hispânico*, Porto: Universidade Fernando Pessoa, vol. I, pp. 159-175.

--- (2005), *Mulher, Nobre, ilustrada, dramaturga. Osmia de Teresa de Mello Breyner no sistema literário português (1788-1795)*, Santiago de Compostela: Eds. Laiovento.

Bock, Gisela e Margarete Zimmermann eds. (1997), *Die europäische Querelle des Femmes. Geschlechterdebatten seit dem 15. Jahrhundert*, (Querelles, Jahrbuch für Frauenforschung, 2), Stuttgart: Meztler

Bolama, Marquês de Ávila (1916), *A Marqueza de Alorna*, Lisboa: Imprensa Manuel Lucas Torres, pp. 30-31.

Boléo, Luísa de Paiva (2009), *D. Maria I. A Rainha Louca*, Lisboa: A Esfera dos Livros.

Carvalho, Rómulo de (1987). *D. João Carlos de Bragança, Segundo Duque de Lafões, Fundador da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Cidade, Hernâni (1941). *Inéditos, Cartas e outros Escritos*. Lisboa: Sá da Costa, pp. 59-72.

Curto, Diogo Ramada (1996), “Littérature de large circulation au Portugal (XVI-XVIII siècles)”, em Roger Chartier e H. J. Lüsebrink eds., *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe, XVI-XIX siècles*, Paris: IMEC, pp. 299-329.

Erhardt, Marion (2003), “As relações germânicas da Marquesa de Alorna”, em Aníbal Pinto de Castro, José Esteves Pereira, Maria Manuela Dellile e Teresa Sousa de Almeida coords., *Alcipe e as Luzes*, Lisboa: Edições Colibri – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 251-262.

Lisboa, João Luís (1999), “Papéis de larga circulação no século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, 20, pp. 131-147.

Monteiro, Nuno Gonçalo e Fernando Dores Costa (2006), *2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança. Uma vida singular no século das Luzes*, Lisboa: Inapa.

Peham, Helga (2003), *Maria Theresia ganz Privat*, Wien: öbv et hpt.

Roberts, Jenifer (2009), *The Madness of Queen Maria: The Remarkable Life of Maria I of Portugal*, London: Templeton Press.

Sales, Ernesto Augusto Pereira (1937), *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão: s.n.

Strunck, Christina (2017), “The ‘two bodies’ of the female sovereign: Awkward hierarchies in images of Empress Maria Theresia, Catharina the Great of Russia and the male consorts”, em Helen Watanabe-O’Kelly e Adam Morton eds., *Queens consort, cultural transfer and European politics c. 1500-1800*, London-New York: Routledge.

Vicente, António Pedro (2000), “O Conde de Oeynhausen – soldado e diplomata ao serviço de Portugal”, em *O Tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 75-91.